

Caderno Reivindicativo dos Professores Aposentados

I

Os aposentados da CGA têm sido um dos alvos favoritos do governo, na sua fúria destruidora de direitos, com permanentes ataques quer às suas condições de vida, quer à dignidade e ao respeito que lhes são devidos após uma vida inteira de trabalho, tendo contribuído de uma forma objetiva para a construção de uma sociedade democrática.

Como se não bastasse o roubo dos subsídios de férias e do 13º mês em 2012, o aumento da contribuição para a ADSE, a subida das taxas moderadoras, o enorme aumento do IRS em consequência da alteração dos escalões, a infame e discriminatória CES e tantas outras medidas que concorrem no sentido de degradar a qualidade de vida dos aposentados, ouvem-se de novo as vozes dos arautos do costume anunciar que é agora necessário cortar as pensões em 10%, pois a CGA não é sustentável e a justiça social exige convergência com o setor privado.

Quanto ao primeiro argumento, é necessário dizer que a responsabilidade pela descapitalização da CGA cabe aos governos e não aos aposentados. Estes descontaram sempre no seu salário a contribuição que lhes era exigida, não se podendo dizer o mesmo do patrão Estado que, até há poucos anos atrás se achou dispensado de cumprir a lei a que estão obrigados os privados e que, mesmo agora, não chega a descontar metade dos 23,75% que vigoram no setor privado. Acrescem a esta situação escandalosa alguns truques de controlo do déficit que levaram a que o Estado seja agora também responsável pelas pensões dos reformados da PT, dos CTT e da CGD. Não esqueçamos ainda que, a partir de 2005, a CGA ficou transformada num sistema fechado, uma vez que todos os trabalhadores que ingressavam na Função Pública passaram a descontar para a Segurança Social e não para a CGA.

Quanto ao segundo argumento, destinado mais uma vez a atizar rivalidades entre público e privado, é necessário dizer que a convergência já existe e foi levada a cabo com as alterações à fórmula de cálculo da pensão de aposentação, ocorrida em 2005. Isto a menos que o governo se refira a *convergência na média*, termo que não se cansa de usar nas suas diatribes contra os aposentados. A média geral das pensões é superior no setor público porque neste há um grande número de quadros licenciados, incluindo diversos profissionais que apenas existem no setor público.

O governo pretende fazer crer à opinião pública que os aposentados pesam demais nas contas do país, que devem aceitar mais cortes no seu rendimento e que comprometem o futuro das novas gerações, fingindo ignorar que hoje, em muitos casos, são os aposentados o suporte e o apoio dessas novas gerações condenadas, pelas suas políticas, ao desemprego. Promove a divisão entre trabalhadores, entre setores, entre gerações. Na verdade, o que o governo pretende é destruir o Estado Social e entregar a Educação, a Saúde e a Segurança Social a interesses privados, ao serviço dos quais se encontra a tríade Passos/Portas/Cavaco, conduzindo o país a um contínuo empobrecimento e por consequência a um retrocesso civilizacional muito grave.

Os aposentados não são descartáveis e exigem respeito pois, constituindo hoje uma parte significativa da população, continuam a contribuir para a defesa dos valores democráticos.

II

Considerando esta situação, a FENPROF, como a generalidade do Movimento Sindical Unitário (MSU) defendem que, mesmo no contexto da atual crise, **Portugal tem futuro** mas, para tal, torna-se urgente a demissão do governo e a convocação de eleições que permitam devolver ao povo o poder de decidir. Esta é a condição imprescindível à viabilização de uma verdadeira política alternativa que valorize o aumento da produção nacional e dinamize o setor público, que dignifique o trabalho e os trabalhadores e que promova os rendimentos das famílias, constituindo elementos fundamentais para um crescimento económico sustentado e para a criação de emprego com direitos. A perpetuação das medidas deste governo teria como resultado mais custos humanos e sociais, a continuação da exploração dos trabalhadores, o empobrecimento das famílias e, por consequência, a ruína do país.

Neste contexto, a FENPROF reafirma as **medidas** apresentadas pela CGTP-IN, para a concretização de políticas para a mudança, designadamente:

- **A renegociação da dívida**, – permitindo criar condições para relançar a atividade económica, emprego com direitos e uma justa distribuição da riqueza.
- **O aumento dos salários e das pensões a fim de travar o empobrecimento e melhorar a procura interna.**
- **A dinamização da contratação colectiva**, visando garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores e a melhoria das suas condições de vida, de trabalho e de aposentação/reforma.
- **A defesa das funções sociais do Estado**, como património conquistado com o 25 de Abril que é posto em causa pelas políticas de austeridade, cujas consequências para o dia-a-dia da população estão à vista: o elevado número de desempregados que não são abrangidos pelo subsídio de desemprego, ficando cada vez mais a cargo de familiares aposentados, as restrições no acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) ou os sucessivos cortes nas pensões de aposentação/reformas e também de sobrevivência.
- **A garantia de uma política fiscal mais justa**, não só na dimensão da carga fiscal em si, como na insuficiência da progressividade do sistema e também no elevado volume de fraude e evasão fiscal, o qual aproveita sobretudo aos grupos sociais com maior poder económico.

III

Face ao quadro extremamente negativo que chegou o conjunto dos pensionistas portugueses e numa perspetiva de profunda mudança para o futuro, os professores e educadores presentes na 1ª Conferência Nacional de Professores Aposentados, aprovam as seguintes reivindicações:

1. Reposição do valor das pensões e conseqüente revogação de todas as medidas que lhes impuseram;
2. Revogação da contribuição extraordinária de solidariedade (CES) e devolução dos montantes já confiscados aos pensionistas desde janeiro de 2013;
3. Redução das taxas de IRS e reformulação dos escalões, no sentido de reforço da progressividade, bem como a revogação da sobretaxa aplicada desde janeiro de 2013;
4. Actualização das pensões e salários, de forma a compensar o aumento do custo de vida e o seu reflexo nas famílias, de acordo com a proposta sindical de aumento de 3,7%, de valor nunca inferior a 40 euros;
5. Fixação da pensão de sobrevivência em 60% da pensão do cônjuge falecido e 70% no caso de mais de um beneficiário da pensão do cônjuge falecido, tal como se verifica no regime geral da Segurança Social;
6. Reposição da verba correspondente aos descontos efetuados para a ADSE nos subsídios de férias e Natal, desde 2007, e anulação desse desconto nos referidos subsídios;
7. Consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do vínculo contratual, bem como para os aposentados, a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários;
8. Alargamento da lista de doenças crónicas e consideração das vítimas de acidente de trabalho e doença profissional, para, entre outros efeitos, a gratuitidade dos medicamentos correspondentes e alargamento da lista de medicamentos genéricos;
9. Acesso a cuidados continuados públicos e de qualidade aos cidadãos em dependência, no domicílio ou em instituições;
10. Reforço do subsídio e da rede de apoios a idosos dependentes;
11. Reposição do desconto de 50% nos passes sociais;
12. Realização de uma auditoria às contas do estado, no que se refere à Caixa Geral de Aposentações, supervisionada pelo Tribunal de Contas.

IV

Com o objetivo de reforçar a luta pela resolução dos problemas dos Professores e Educadores Aposentados, a 1ª Conferência apela a todas organizações que se afirmam representativas de docentes aposentados, independentemente da sua natureza, que convirjam na ação:

- Contra todas as medidas que visam impor cortes nas pensões;
- Contra as propostas do governo que no quadro do Orçamento do Estado para 2014, têm por objetivo agravar ainda mais a situação dos aposentados e reformados;
- Contra o desmantelamento da Caixa Geral de Aposentações;
- Pela defesa da sustentabilidade da Segurança Social pública, enquanto imperativo constitucional e democrático;
- Pela demissão do atual governo, condição necessária para que se alterem as políticas em curso;
- Em defesa de serviços públicos de qualidade e de uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos.

Os/as delegados/as presentes na 1ª Conferência Nacional de Professores Aposentados, promovida da FENPROF, disponibilizam-se para se envolverem na ação que venha a ser desenvolvida, designadamente a entrega do caderno reivindicativo aprovado ao Presidente da República Portuguesa, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da

República (AR) e aos grupos parlamentares.

A 1ª Conferência Nacional de Professores Aposentados considera fundamental o papel dos Sindicatos na defesa dos direitos dos trabalhadores, no ativo ou aposentados, bem como na consolidação da sociedade democrática prevista na Constituição da República Portuguesa, pelo que, tudo fará no sentido de reforçar a sindicalização dos professores e educadores aposentados.

A 1ª Conferência Nacional de Professores Aposentados manifesta ainda a sua:

- A)** Rejeição das propostas do governo que visam a elevação da idade da reforma para 66 anos, o agravamento do Fator de Sustentabilidade e o seu plafonamento;
- B)** Exigência de revogação das normas penalizadoras do regime de aposentação antecipada e ainda a retoma da aplicação da Lei n.º 39/99 a todas as aposentações;
- C)** Posição de defesa da criação de um regime específico de aposentação que tenha em conta o elevado desgaste que comprovadamente o exercício da profissão provoca.